

2022 © Numa Editora

2022 © Real Gabinete Português de Leitura

Conselho editorial

Adriana Maciel

Júlio Diniz

Lia Duarte Mota

Luiz Guilherme Fonseca

Raíssa de Góes

Edição: Adriana Maciel

Produção editorial: Jul

Revisão: Karine Troncoso e Marcus Groza

Projeto gráfico e diagramação: Mari Taboada

Edição financiada pelo Real Gabinete Português de Leitura



Real Gabinete Português de Leitura
Polo de Pesquisas Luso-Brasileiras

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

G337 Gentes e paisagens luso-brasileiras / organizado por Gilda Santos, Ida Alves, Andreia Castro. - Rio de Janeiro : Numa Editora, 2023.
584 p. : il. ; 16cm x 23cm.

Inclui bibliografia e índice.

ISBN: 978-65-87249-90-2

1. Cultura. 2. Gentes. 3. Paisagens. 4. Brasil. 5. Portugal. I. Santos, Gilda. II. Castro, Andreia. III. Alves, Ida. IV. Título.

2023-1118

CDD 306

CDU 316.7

Elaborado por Vagner Rodolfo da Silva - CRB-8/9410

Índice para catálogo sistemático:

1. Cultura 306

2. Cultura 316.7

Helena: o romance brasileiro de Garrett

A época romântica fez despertar um grande interesse pelos espaços exóticos, num tempo em que o *touriste* pertencia ainda a uma pequena elite cultural. Os relatos de viagens eram muito apreciados pelos leitores e as revistas divulgavam descrições e gravuras, mais ou menos fantasiosas, de regiões longínquas. A oeste e a leste da velha Europa – o centro do mundo culto de então –, situavam-se *aléns* inspiradores, propícios a todas as mitificações. O chamado Oriente (na amálgama que o termo recobre) tornou-se nesta altura um destino de peregrinação literária, como sabemos, mas a sua ancestralidade imprimia aos espaços visitados toda uma carga cultural acumulada, impossível de rasurar; aos olhos do viajante, é, na verdade, um espaço *déjà vu* que se percorre, à procura de emoções que o imaginário povoou. A ocidente, pelo contrário, havia um *novo mundo* por descobrir, em grande parte desconhecido e fascinante, porque virginal; um espaço supostamente inculto ou mesmo ‘selvagem’, mas dotado como nenhum outro de maravilhas naturais. Ora a contemplação da Natureza em estado puro constituía uma espécie de epifania para um certo idealismo romântico, que aprendera, com Rousseau, a desacreditar os benefícios da sua ‘civilização’.

* Professora Associada da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra; IP do Grupo “Património Literário” do Centro de Literatura Portuguesa. Desenvolve pesquisa sobre Literatura Portuguesa do século XIX e coordena, desde 2018, o projeto de Edição Crítica das Obras de Almeida Garrett.

É certo que, desde finais do século XVIII, os relatos de viagem davam também a conhecer em pormenor a geografia e os costumes dos países sul-americanos. Os viajantes descreviam paisagens grandiosas, mas fecundas, e gentes primitivas, mas amáveis, em contraste com a árida e belicosa África. A América andina, em particular, ganhara grande projeção após as famosas expedições científicas de Alexander von Humboldt. A obra *Tableaux de la Nature* (1808), de que se publicaram numerosos volumes ilustrados ao longo das primeiras décadas de Oitocentos, criou uma onda de seguidores por toda a Europa culta. Esta obra monumental, minuciosa e asséptica, inaugurou um novo paradigma descritivo – que é o da História Natural e já não o da dinâmica expansionista. Mary Louise Pratt, num importante estudo que lhe dedicou (PRATT, 1999, cap. 6), considera que a narrativa humboldtiana reinventou a América, apresentando-a como o espaço virgem e maravilhoso por descobrir, sem história e sem cultura, ou seja, o mundo mítico da Natureza primeva, tão caro aos utopismos românticos.

Não só de ambientes edénicos, porém, se escrevia o livro tropical. Desde o século XVI, convém lembrar, grande parte da América do Sul era território ibérico colonizado e os seus recursos disputados por várias potências europeias; o tráfico de escravos africanos supria a mão de obra dos grandes engenhos agrícolas; as populações autóctones submergiam lentamente ao sistema colonial ou isolavam-se nas suas tribos. Mas as primeiras décadas do século XIX trouxeram grandes transformações: estavam em curso os processos históricos bem reais das lutas independentistas e nacionalistas, fomentados pelas elites liberais das colónias e em geral também simpáticos aos intelectuais europeus. E da tensão cultural que as questões identitárias suscitavam, surgia, dos dois lados do Atlântico, toda uma literatura de tema indianista, com destaque para a obra pioneira *Atala*, de Chateaubriand (1801). Seguir-se-iam os movimentos abolicionistas, dando origem a uma nova vaga literária de matriz romântica, umas vezes claramente politizada, outras utópico-sentimental, cujo principal expoente foi o romance de Harriet Beecher Stowe: *Uncle Tom's Cabin* (*A Cabana do pai Tomás*), publicado em 1852.

Almeida Garrett, o fundador do Romantismo português, também se deixou seduzir por este imaginário exótico. O facto de nunca ter saído da Europa não o

impediu de realizar algumas viagens ficcionadas ao *novo mundo* americano, que apenas conhecia de relatos alheios. Ainda muito jovem, também ele esboçou uma *Atala* em verso, onde contracenam as personagens de Chateaubriand, dois indígenas norte-americanos e um missionário francês. Além deste fragmento dramático, focado na inculturação religiosa, iniciou ainda duas narrativas “brasileiras”, onde combina ingredientes de diversa índole, desde a fantasia indiana ao protesto anti-esclavagista e anticolonial. O fragmento intitulado *Komurahy*, de que se conservam apenas dois capítulos incompletos, não está datado, mas foi muito provavelmente escrito na juventude do autor; *Helena*, a última obra de Garrett, pode já considerar-se um romance (o autor deixou 24 capítulos quase completos quando morreu, em 1854). “Gentes e paisagens em movimento” – subtítulo deste Colóquio – vem ao encontro das temáticas desenvolvidas pelo escritor nas duas narrativas, ambas de grande interesse não só pela novidade do género como pela qualidade literária do discurso.

O pensamento de Garrett gravita em torno de uma antinomia romântica: Natureza/Civilização. Inspirou-a a tese rousseuniana de que a civilização europeia se desviou da sua essência, pervertida pela corrupção e pelo artifício; por conseguinte, qualquer conhecimento sobre a natureza – paisagística e humana – terá que procurar-se onde ela permanece ainda pura, ‘natural’. Mas esse mundo virgem está em vias de extinção, em movimento, portanto, para uma nova realidade que também faz parte desta dialética.

Para o cenário de *Komurahy*, o escritor baseou-se (entre outras referências conhecidas) numa obra de Ferdinand Denis: *Scènes de la nature sous les tropiques, et de leur influence sur la poésie* (Paris, 1824). Este livro interessantíssimo, resultante duma visita do autor francês ao interior do Brasil, constitui um autêntico breviário do viajante romântico. A contemplação de grandes quadros paisagísticos apela a sensações literariamente elaboradas – harmonia, *rêverie*, melancolia, etc – que correspondem ao ideal do poeta viajante. Garrett aproxima-se muito deste modelo estético narrativo, sobretudo em *Komurahy*, como nos deu conta Maria Aparecida Ribeiro, num estudo muito documentado (RIBEIRO, 1999, p. 119-21). Em prosa quase poética, celebra-se o cenário sublime dos trópicos, a Natureza em estado virginal, isto é, não “desflorada” ainda pela pressão civilizacional:

Florestas do Novo Mundo! Solidões magníficas, onde a voz do homem corrompido não quebrou ainda o silêncio augusto do deserto! [...] Pois nesse que chamais selvagem, nesse país que apodais de bárbaro e inculto, estudarei eu o homem e a natureza.

Sentar-me-ei à sombra do majestoso vinhático, da variada palmeira, e a minha alma se enlevará em todas as maravilhas da criação. Olha essa feliz região que o acaso deu aos Portugueses, e de que os despojou sua tirania. Destes gelos pasmados do norte a imaginação me leva a essas floridas veigas onde, toda luxo e pompa, a vegetação espelha em sua formosura a magnificência do Criador. (GARRETT, 2015, p. 115).

Depois o foco narrativo transfere-se para o olhar do nativo, cuja consciência crítica ainda não começara a despertar. A personagem que catalisará esta problemática é um índio “domesticado”, Padre Ignácio, que perdeu o contacto com a energia vital da tribo e da floresta, mas conserva no íntimo a nostalgia da vida selvagem, o sentimento inato da liberdade. O autor-narrador coloca-se desde início do lado do indígena, interroga-se sobre os seus sentimentos face ao invasor europeu, e dá-lhe razão:

Ah! que amarga deve ser a reflexão do Índio quando, extasiado na contemplação das belezas de seu país, a presença do Europeu e de suas obras lhe recorda sua escravidão, e lhe lembra que é hoje estrangeiro e servo onde foi senhor e natural! [...]

Tristes lições amostraria à Europa a história desses povos: aí veríamos a felicidade de mais de cem nações inocentes sacrificada à sede insaciável das riquezas... (GARRETT, 2015, p. 116-117).

Se esta história prosseguisse – interrompe-se com a chegada de membros da tribo selvagem –, resultaria sem dúvida numa interessante alegoria romântica – ou, diríamos hoje, pós-colonial. E o escritor português ganharia um lugar na gênese da literatura indianista do Brasil.

O romance *Helena* recupera alguns dos tópicos aqui aflorados, mas a diegese amplificada coloca em termos mais complexos a problemática colonial.

Escrito numa fase posterior, traduz uma perspectiva menos ingénuu da realidade histórico-cultural.

A acção passa-se no ano de 1839, em Itahé, numa grande exploração agrícola situada no Recôncavo Baiano. O início da narração é essencialmente descritivo, refratando a perspectiva de um viajante europeu que se depara com o cenário magnífico da floresta virgem, à beira de um rio. M. de Bréssac, um general francês que se dedica à Botânica, fica extasiado à chegada àquele espaço edénico onde a civilização – *o machado do colono* – ainda não entrou:

Todos os sinais da civilização, ou – como diria um discípulo de João-Jacques – da devastação do homem social, iam desaparecendo a mais e mais. Algum resto raro, algum vestígio duvidoso que pudesse descortinar ainda o olho experto e exercido de um habitante do país, era imperceptível ao do viajante europeu. Esse sentia-se em plena floresta virgem, em pleno sertão imaculado, a sós com a natureza, em seus mais reservados e misteriosos penetrais (GARRETT, 2015, p. 212).

Encena-se, assim, em versão moderna e ecológica, o Achamento do Novo Continente. O sertão brasileiro oferece-lhe a Natureza-espetáculo, tanto mais perfeita quanto mais afastada do mundo humano. Não será, porém, este *topos* a dominar a narrativa. Os capítulos seguintes conduzem-nos ao centro focal da história: a intimidade de uma família luso-brasileira – pai, mãe, filha e respectiva criadagem – com laços alargados à comunidade nativa local. A primeira impressão do visitante é um tanto surreal: a família habita um palácio sofisticado e extravagante, cujo interior doméstico mimetiza o requinte da aristocracia cosmopolita. Já veremos que, apesar da ironia (acentuada pela figura do mordomo negro, de nome pomposo e linguajar pitoresco), a intenção primordial da obra não é satírica, apenas levemente humorística.

O microcosmos criado pelos Viscondes de Itahé oferece uma paradoxal mistura de natureza e civilização. Desde logo pelo trabalho de arquitetura paisagística – um palácio encantado foi habilmente camuflado no sertão, de modo a criar a ilusão de uma aldeia dos Alpes. E os jardins foram desenhados à maneira de certos parques românticos, onde se passeia, como num diaporama, por cenários do mundo inteiro, do passado e do presente:

As grandes massas de árvores eram indígenas, primitivas, eram as mesmas das florestas selvagens, mas desassombradas em grupos isolados, e mais belas assim. As menores e muitos dos arbustos eram d'Europa, de África, d'Ásia, da Oceania. Flores e relvas por entre isto tudo, e estátuas e templos. Os kioskis turcos, as ruínas italianas, torres góticas, pagodes índios, ermidas portuguesas, pórticos mexicanos, agulhas egípcias, mirantes chineses e palhoças de várias nações de África e de América, cada coisa tinha sido colocada na disposição de terreno que mais apropriada parecia, e ao pé das árvores e das flores naturais dos países que representavam (GARRETT, 2015, p. 250-1).

Toda esta fantasia arquitectónica – parcialmente inspirada em *La Nouvelle Héloïse*, romance de Jean-Jacques Rousseau – fora obra da Viscondessa, ajudada por um jardineiro escocês. O marido desculpa-a com a educação europeia que recebeu: “coisas da minha pobre Maria Teresa... Coitada! que tão brasileira é no coração, mas tem a cabeça anglo-gala; meia em Londres que ela admira, meia em Paris que é a sua segunda pátria” (p. 252). Na verdade, o exemplar descrito não é tão incongruente como possa parecer. O *landskape garden* romântico surgiu ainda no século anterior, em ruptura com o modelo clássico (de Versailles, por exemplo), baseado na regularidade do desenho geométrico. O parque inglês quer-se orgânico e irregular, à semelhança da paisagem natural, mas corrigida para obter o efeito desejado (SANTANA, 2012). O objetivo, como diziam os tratados da época, consiste em criar o *sentimento da natureza*, através de um trabalho de imitação que procura aproximar-se de um certo ideal selvagem, digamos assim, de forma a que todo o conjunto *pareça* espontâneo, ocultando a intervenção humana; ao mesmo tempo era de bom tom proporcionar lugares de meditação (castelos, templos, ruínas, etc), como os que se descrevem na citação.¹

1. Palácios e jardins como este existiram de facto. Em Sintra, o Palácio de Monserrate tem um parque recheado de importações exóticas – um arco indiano, um jardim mexicano e outro japonês etc. No parque do Castelo de Chantilly, na região da Picardia, havia canais serpenteantes, com pontes de pedra, e até um penhasco e uma torrente artificiais. O palácio, edificado em 1774, era composto de sete casinhas de telhado de colmo, em estilo normando, cujos interiores albergavam salões luxuosos, tal como em Itahé.

Passemos agora à paisagem humana. Os donos da propriedade – ele português, ela nascida no Brasil, de origem vagamente índia – foram educados na Europa e, mesmo isolados no sertão, mantêm padrões de vida sofisticados; capitalistas, donos de engenhos e de minas, comportam-se com simplicidade, e surpreendem o general por reunirem “o *comme il faut* de grã’senhor com a afetuosa expansão das classes menos elevadas e mais singelas” (p. 243). A filha de quinze anos recebeu deste ambiente de delicadeza, boas leituras e valores morais uma mistura criativa: roliça, bem-humorada e gentil, tem ideias avançadas e promete emancipar-se dos preconceitos culturais que ainda afetam a geração dos pais.

É feliz a vida em Itahé, onde senhores e servos formam uma grande família tropical. Os viscondes têm sensibilidade social e souberam congregar o respeito e a estima da vasta comunidade que dirigem: tratam bem os criados e os escravos, criaram um hospital e uma igreja, interessam-se pelo bem-estar de todos. Dir-se-ia uma utopia colonial, de valores cristãos e patriarcais. No entanto, como veremos, a harmonia que ainda ali existe não esconde as tensões decorrentes da nova ordem sociopolítica, designadamente o estatuto dos Índios e dos Negros que vivem na órbita do engenho.

Adjacente à área da fazenda, encontra-se uma pequena aldeia índia livre, ciosa da sua cultura, mas já nitidamente incapaz de travar a miscigenação. Sem o dizer, o autor parece considerar que se trata de um processo irreversível, já residual no contexto da nação emergente; e a própria comunidade indígena mostra-se decadente, dividida e confusa quanto ao seu destino. Os índios acreditam que a Viscondessa, herdeira do título e do território, é descendente dos antigos caciques indígenas, o que naturaliza o seu poder, mesmo sendo casada com um “estrangeiro”, representante do “Reino velho”; e temem pelos seus direitos se a filha desposar um primo português, como deseja o pai.

Na verdade, Maria Teresa, senhora benemérita, na altura muito doente, é vista como a “mãe branca” da comunidade, quer no sentido económico quer afectivo. Mas o papel tutelar não a deixa esquecer o estatuto que mantém, e que procura transmitir à filha, moderando o seu idealismo juvenil: designadamente, aconselha-a a não libertar os escravos impreparados para se sustentarem, e a entender com tolerância as idiosincrasias da raça ín-

dia (indolência, superstição, teimosia irracional...). A boa senhora pensa em particular em Frei João Índio, seu irmão de leite, a quem sempre protegeu, levando-o a tornar-se sacerdote católico. Ao recomendá-lo a Isabel, de algum modo prolonga um laço afetivo que une as duas mulheres (não o pai) à cultura ancestral onde nasceram: “Tem dó dele, Isabel, e atura-o com paciência. As suas desconfianças visionárias, as suas superstições absurdas nem sempre são para desprezar” (p. 268).

O conflito étnico latente emerge nos últimos capítulos da obra, quando, após a morte da viscondessa, se discute o futuro da comunidade índia. Mohe-ma, a velha matriarca da aldeia, faz questão de lembrar aos mais novos as prerrogativas do seu povo, os seus direitos sobre a terra e até mesmo o modo improdutivo de se relacionar com ela:

Essa gente da aldeia nova quer acabar com a nossa raça, fazer aliança com os negros, libertá-los e fazer-nos trabalhar a nós. O índio nasceu para ser livre, nasceu para a caça, para a guerra e não para o trabalho. O branco e o preto que façam açúcar se querem, que cavem a terra e que levem o oiro de nossas minas que nós lhos damos e nos deixem a nossa liberdade e os nossos bosques (GARRETT, 2015, p. 325-6).

A defesa da herança cultural indígena empolga por momentos os ouvintes, mas a tribo, já rarefeita, sabe que a reação ao processo colonizador é um anacronismo: “representava hoje o estado de uma raça votada a perecer e extinguir-se, a morrer às mãos da civilização que a invadiu” (p. 317). O próprio Frei João o reconhece, tendo-se convertido à “religião dos invasores”. Curiosamente, a mesma religião importada será mais adiante o argumento decisivo para pacificar a pequena comunidade. O Cristianismo, que poderia ser entendido como um instrumento de hegemonia cultural, acabará exaltado pelo seu poder universalista e igualitário: “Diante do Deus dos Cristãos, não há índio nem português nem africano, há homens” (p. 328)

Uma outra questão étnica convocada na obra, mais relevante e atual na altura, prende-se com a escravatura negra. Defensor declarado do abolicionismo, mas sensível à situação dependente dos escravos, Garrett não perdeu

o ensejo de produzir discussão em torno do tema. Já vimos que a questão divide a família, sendo Isabel partidária da alforria e a posição dos pais mais conservadora. As circunstâncias alteram-se com a morte da mãe, que decide os dois enlutados a acompanharem o general numa viagem à Europa. Em vésperas da partida, a jovem acaba por convencer o pai (segundo se depreende²) a libertar os escravos, apesar da sua suspeição em relação aos “filo-negros” militantes e aos discursos socialistas. O texto termina aliás com uma frase dela, que não terá resposta: “se o Evangelho é socialista...”. Mas o romance não pretende formular uma tese libertária, nem mesmo anticolonial. Se alguma utopia existe, parece ser ainda a de um regime patriarcal, capaz de garantir a harmonia multirracial.

Lamentavelmente ficou por concluir a seqüência da história – a viagem de Isabel à Europa – que nos traria, em perspectiva inversa, outro cenário e outro olhar exterior. Que impressões colheria a jovem brasileira do Velho Continente? Continuaria rendida à cultura livresca europeia em que foi educada pelos pais? Ou sentir-se-ia oprimida dentro dos códigos de uma civilização alheia, distante da largueza do sertão? Certamente conheceria o primo com quem o pai a deseja casar, e também a famosa Helena (filha adotiva do general). Teófilo Braga, que pouco apreciou a obra, não hesita em especular sobre o futuro da menina: “regressa à pátria sem querer casar, sacrificando a vida à propagação evangélica e emancipação dos escravos” (BRAGA, [1880], p. 220). Vários rumos são plausíveis, como sugeriu um brilhante estudo de Ofélia Paiva Monteiro: segundo a autora, ao desenhá-la “simples, autêntica e metonimicamente ‘presa’ ao espaço brasileiro em que sempre vivera, o romance parece indicar que irá sofrer quando transplantada para Lisboa (...) longe do húmus natal” (MONTEIRO, 1999, p. 168). Dentro da lógica textual, não custa de facto a supor que um dia voltará ao Brasil, fechando simbolicamente o ciclo histórico colonial.

2. “Amanhã vamos fazer a Cabana de pai Tomás”, diz o Visconde, aludindo depois com ironia à autora norte-americana e à militância abolicionista daquele país. No entanto, o manuscrito não foi corrigido e apresenta hiatos nos capítulos finais.

Referências

- ALMEIDA GARRETT, *Fragmentos Romanescos*. Edição crítica de Ofélia P. Monteiro e M. Helena Santana. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2015.
- BRAGA, Teófilo, *História do Romantismo em Portugal*. Lisboa: Ulmeiro, 1984 [1880].
- MONTEIRO, Ofélia P., “Helena: os dados e as incógnitas de um enigma romanescó”, in *Leituras. Revista da Biblioteca Nacional*, 4, p. 147-174, 1999.
- PRATT, M. Louise. *Os Olhos do Império. Relatos de viagem e transculturação*. Bauru: EDUSC, 1999.
- RIBEIRO, M. Aparecida, “Imagens do Brasil na obra de Garrett. Invocações e exorcismos”. *Camões. Revista de Letras e Culturas Lusófonas*, Lisboa, nº 4, p. 115-127, Jan.-Março, 1999.
- SANTANA, M.H., “Jardins românticos ou a Natureza em simulacro”, in *Uma Coisa na Ordem das Coisas. Estudos para Ofélia Paiva Monteiro*. Coord. de C. Reis, J. Bernardes, M.H. Santana. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra- CLP, 2012, p. 351-363.